



O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Declaro iniciada a 4ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de discutir acerca da Proposta Orçamentária Anual para 2023, Projeto de Lei nº 32, de 2022, do Congresso Nacional, que *“estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023”*, em atendimento ao art. 29 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, e de apresentar a Avaliação de Políticas Públicas e Resultados — PPA, conforme art. 17 da Lei nº 13.971, de 2019.

Tenho a honra de ter ao meu lado o nobre Senador Marcelo Castro, Relator-Geral do Orçamento para 2023, que tem tido uma das missões mais importantes da República nos últimos anos.

Compõem a Mesa, com direito à fala, o Sr. Julio Alexandre, Secretário Especial Adjunto do Tesouro e Orçamento; o Sr. Clayton Luiz Montes, Secretário Adjunto de Orçamento Federal; o Sr. Gustavo de Queiroz Chaves, Secretário Federal Adjunto de Controle Interno da Controladoria-Geral da União.

Para o melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, os senhores convidados disporão de até 30 minutos para fazerem sua exposição, só podendo ser aparteados com a permissão dos convidados.

Como estipulado no art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo que a lista de inscrições para o debate está aberta.

Passo a palavra ao Secretário Especial Adjunto do Tesouro e Orçamento, o Sr. Julio Alexandre, que falará sobre o PLOA/2023.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Boa tarde, nobres Sras. e Sras. Parlamentares, Deputado Cacá Leão, Senador Marcelo Castro, Relator do PLOA/2023. Desejo, igualmente, boa tarde aos que estão nos ouvindo.

Eu preparei alguns eslaides para organizar minha fala — não sei se é possível exibi-los.



Queria agradecer, em nome do Ministro da Economia e do Secretário Especial do Tesouro e Orçamento, o Sr. Esteves Colnago, a oportunidade de estar aqui para falar sobre o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e, em seguida, a Lei nº 13.971. Vou falar sobre o monitoramento do plano plurianual e do relatório de avaliação de políticas públicas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Sobre o PLOA 2023, tenho uns pontos principais. Inicialmente, queria destacar que o PLOA foi enviado em agosto deste ano e deve seguir as normas vigentes. Neste sentido, destacamos que o PLOA apresentado em agosto seguiu a trajetória de consolidação fiscal. Nós tínhamos uma estimativa de déficit de 63,7 bilhões, muito próximo da meta de 65,9 bilhões.

O PLOA engloba também uma previsão de benefícios tributários adicionais da ordem de 80,2 bilhões. Grande parte desses benefícios decorre da manutenção do estímulo e do apoio do Governo ao enfrentamento dos choques dos combustíveis — 52,9 bilhões de reais.

O PLOA, que também enviamos em agosto, já previa um espaço para recomposição parcial da remuneração dos servidores públicos: 14,2 bilhões de reais para todos os Poderes e 11,6 bilhões de reais para o Executivo.

O PLOA previa um pagamento médio do Auxílio Brasil da ordem de 405 bilhões reais para 21,6 milhões de famílias.

Como falei, o PLOA reflete a regra que vigia...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Não são 405 bilhões de reais, não; são 405 reais.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Desculpe. São 405 reais, 105 bilhões de reais.

Obrigado, Deputado. Muito bem lembrado. *(Risos.)*

Neste sentido, a regra que está em vigor é a Emenda Constitucional nº 123, que prevê este valor de 600 reais apenas até o fim do ano, mas, na mensagem presidencial que encaminhou o PLOA, lá em agosto, o Governo Federal já apresentou seu compromisso de, depois, enfrentar esta questão para o ano de 2023, mantendo o valor de 600 reais.

Como seria isso? Nossa expectativa era que, passadas as eleições, iríamos também apresentar uma PEC para abrir o espaço fora do teto dos gastos, para fazer este gasto adicional da ordem de 52,8 bilhões de reais.

Por fim, ainda neste eslaide...



O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Para que esta desoneração continue, é necessário algum ato, alguma lei, algum decreto, alguma coisa?

O SR. JULIO ALEXANDRE - Nosso entendimento, inicialmente, é que é necessária uma PEC para dar espaço no teto de gasto e também um ato para prorrogar este benefício extraordinário de 200 reais.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Não, não, do de 200 reais eu estou entendido. Digo em relação às desonerações dos 52 bilhões dos combustíveis.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Também é necessário um ato do Congresso Nacional para prorrogar as desonerações.

Cada questão é uma questão específica.

Por fim, o PLOA 2023, também seguindo uma determinação da LDO, do § 5º do art. 13, previu, diferentemente de anos anteriores — vamos comentar isto um pouco mais à frente —, uma reserva para emendas do Relator-Geral, conhecidas como RP-9, na ordem de 19,4 bilhões de reais.

Essa é uma visão geral do PLOA.

Queria agora passar para o próximo eslaide, que trata dos parâmetros econômicos.

Estes parâmetros foram feitos em agosto.

Sobre o PIB, esperávamos um PIB crescendo 2% em 2022. Desde agosto até o momento atual, atualizamos a projeção para cima. Então, o comportamento da economia gerou uma expectativa maior de crescimento neste ano. Hoje, nossa posição atual é 2,7% do PIB. O mercado espera algo em torno de 2,8%, então está bem próximo.

Para o próximo ano, quando nós mandamos o PLOA, nossa estimativa era um crescimento de 2,5%. Recentemente atualizamos nossa projeção de crescimento do PIB em 2023 para 2,1%, muito baseados no cenário internacional. Então, desde agosto para cá, o cenário internacional piorou um pouco, e reduzimos nossa projeção de crescimento. Nossa projeção de crescimento ainda é superior à do mercado. O mercado está com 0,7%. Nosso entendimento é que temos forças, principalmente do investimento privado do mercado de trabalho, que vão gerar um crescimento maior do que o mercado espera.

Outra estimativa relevante a destacar é a questão da inflação. Nós estimávamos um IPCA de 7,2%. Esta variável é importante, porque gera a discussão do teto de gastos, corrige o teto de



gastos. Hoje, a inflação cedeu, e nossa estimativa atual é de 5,8%, quando o mercado está com 5,9%. No INPC, é a mesma coisa: nós tínhamos uma estimativa de 7,4%, e nós atualizamos nossa projeção para 6%.

A questão da inflação em 2022 é muito importante por causa da mudança feita, na Constituição, em relação ao teto de gastos no fim do ano passado. Corrigiu-se uma distorção que havia no teto de gastos, que era o descasamento entre as janelas de correção entre o teto de gastos e as principais despesas. Hoje, desde as emendas constitucionais do fim do ano passado, tem-se a mesma janela de correção. Com isso, tanto o teto, como as despesas são corrigidos com a janela de correção da inflação que vai de janeiro a dezembro.

As outras variáveis aqui pouco mudaram, mas também têm relevância significativa. Só destaco que depende do câmbio, dos juros, do preço do petróleo, enfim, segue uma discussão do cenário internacional.

Como se destacou aqui, a variação da inflação no ano de 2022 é importante para a definição do teto de gastos e das demais despesas vinculadas. Aqui, o art. 24 da LDO fala da importância de respeitar as projeções atualizadas. Neste sentido, o desafio que existe, que é presente, para a Comissão é que, com alguma queda da inflação, o espaço no teto de gastos cai. Nós estimávamos 7,2% do IPCA, agora deve ser algo próximo a 5,8% ou 6%. Isso faz cair o teto de gastos na ordem de 23 bilhões. Trata-se de um desafio a ser enfrentado durante a tramitação do PLOA.

Neste eslaide, nós podemos ver os números gerais do PLOA. Nós temos aqui uma receita total de 2 trilhões, 257 bilhões — 21,2% do PIB. A receita líquida, que fica com o Governo Federal após as transferências para o Estados e os Municípios, é da ordem de 1 trilhão, 804 bilhões — 17% do PIB. As despesas que estão limitadas pelo teto de gastos são de 1 trilhão e 868 bilhões — 17,6% do PIB.

Aqui, eu queria destacar que, quando nós fizemos esta estimativa em agosto, nós tínhamos só a avaliação do terceiro bimestre de 2022. Neste ano, as receitas vêm surpreendendo bastante. Nós já temos aqui uma estimativa de que as receitas de 2022 são maiores que as receitas previstas para o ano seguinte, 2023. Portanto, há um espaço para uma correção de receita ao longo do próximo ano, dado o comportamento da receita verificada neste ano.



Outro ponto relevante, como bem lembrado pelo Deputado Mauro Benevides, são as desonerações. Nós temos 82,2 bilhões de desonerações adicionais. Grande parte é para mitigar os choques de combustível: 52,9 milhões. Nós também temos uma medida de caráter geral da ordem de 10 milhões. Algumas destas medidas já foram implementadas, foram leis sancionadas, vetos derrubados já promulgados, algumas dependem de decreto em que nós já atuamos, algumas dependem de leis aqui no Congresso.

Eu acho que a questão principal é a dos combustíveis, que ainda depende de uma discussão no Congresso sobre a prorrogação da desoneração de PIS/COFINS sobre a gasolina e o *diesel*.

Acho este gráfico interessante para mostrar a evolução das receitas e das despesas primárias nos últimos anos. Para 2023, o PLOA que nós enviamos em agosto previa uma receita de 17%, em termos do PIB. Este é o menor percentual desde 2000, exceto no ano de 2020, quando tivemos a pandemia, que foi 16,2% do PIB. Nossa receita, em termos do PIB, ainda é possível passar por uma discussão ou uma revisão para crescer. Basta que se discutam os benefícios tributários. Acho muito importante, pois se pode criar um espaço de receita pela discussão de benefícios tributários.

No nosso demonstrativo de gastos tributários elaborado pela Receita, nós temos 370 bilhões de reais — quase 4% do PIB — no DGT da Receita Federal. Além disso, diante do comportamento da receita nos últimos anos, neste ano de 2022 é possível que a receita suba um pouquinho.

Em termos de despesa, quando nós lançamos o PLOA, nós estávamos com a despesa muito baixa — 17,6% do PIB. Ela é a menor desde 2013, no entanto nós já falamos do compromisso de recompor, de aumentar esta despesa, por causa do Auxílio Brasil em 52,8 bilhões. Se a aumentássemos em 52,8 bilhões, a despesa iria subir para 18,1% do PIB. Ela ainda fica no nível de 2014, o que mostra a importância do teto de gastos e da regra de controle da despesa, para se tirar um equilíbrio, conseguir criar espaço nas despesas, para, se o Congresso achar importante, aumentar outras despesas sem criar maiores desequilíbrios. Nós temos um espaço, temos uma despesa baixa prevista para o próximo ano: 17,6% do PIB. Mas é muito importante decompor esta despesa.



A principal despesa do Governo Federal, que é quase a metade da nossa despesa, é a despesa com benefícios previdenciários. Nós já fizemos uma grande reforma em 2019 e sempre vamos agradecer o apoio do Congresso Nacional nesta aprovação, que foi muito importante e já está gerando resultados. Se olharmos o déficit estimado para o Regime Geral da Previdência, estamos estimando um déficit de 2,49% do PIB para 2023. Se não tivesse ocorrido a reforma, este déficit seria de 2,95% do PIB — 0,46% acima.

No regime próprio civil, a reforma também já tem efeitos de redução do déficit. Nós estamos estimando um déficit de 0,45% do PIB. Não fosse a reforma, este déficit poderia ser da ordem de 0,62% do PIB.

A reforma da Previdência feita em 2019, com todo o apoio e aprimoramento no Congresso Nacional, já gerou uma redução do déficit e ajuda neste equilíbrio macroeconômico de contenção das despesas, para que nós criemos espaço para a discussão até de redução da carga tributária e de retomada de um crescimento sustentável. Porém, nós temos sempre que olhar a despesa. Quanto à da Previdência, nós já fizemos uma reforma bastante importante.

O próximo eslaide mostra a evolução da segunda despesa do Governo Federal. Trata-se da despesa com o pessoal em cargos. Aqui, nós temos o número de servidores e notamos que estamos fazendo uma reforma administrativa silenciosa, que é uma redução do número de empregados e de concursos, com o aumento da digitalização de serviços. Além disso, tivemos, durante a pandemia, controle do aumento de salários.

Isso foi muito importante para controlar a segunda despesa mais importante: a despesa de pessoal e de salários. Hoje, essa despesa atingiu 13,5% do PIB, a menor da série histórica. Apesar do controle dessas duas grandes despesas, nós temos que continuar nessa agenda muito importante de reformar o Estado Brasileiro.

Nós vemos, neste gráfico, o que representa um dos grandes desafios do País, desta Casa, em particular, da Comissão Especial: o forte engessamento do Orçamento. Quase 94% das nossas despesas são obrigatórias. Portanto, sobra pouco espaço para a discricionariedade do Parlamento e do Poder Executivo para adoção de políticas públicas relevantes para o desenvolvimento do País.

Nós temos que continuar discutindo algumas reformas para controlar a despesa da previdência, as despesas de pessoal e as outras despesas obrigatórias. Temos que reduzir a



vinculação do Orçamento, essa obrigatoriedade de despesas. Para isso, é muito importante — vamos comentar mais à frente — a avaliação das políticas públicas e dos seus efeitos, a fim de que criemos políticas públicas mais efetivas, abrindo espaço para despesas discricionárias.

Dada essa visão geral, queria passar agora a falar de alguns destaques do PLOA.

O nosso principal destaque está relacionado às emendas parlamentares.

Diferentemente do PLOA de 2022, desta vez, com base no art. 13, §5º, da LDO, nós tivemos que compor uma reserva específica para emenda do Relator Geral da ordem de 19,4 bilhões de reais, o mesmo valor das emendas individuais e das emendas de bancada.

Comparando o PLOA de 2022 com o PLOA de 2023, percebe-se um aumento das emendas parlamentares da ordem de 22,5 bilhões de reais. Isso é uma característica muito importante desta proposta de Lei Orçamentária que enviamos ao Congresso.

Vale destacar que o Poder Executivo apenas apresenta uma proposta ao Congresso, a qual tem que seguir algumas regras. O Congresso é a Casa que vai debater a lei orçamentária, com todas as disponibilidades para alocação de recursos para as políticas públicas, e aprová-la. Nós, na proposta, tivemos que enfrentar essa questão específica que é colocar uma reserva de 19,4 bilhões de reais para as emendas de Relator.

Essa tabela é bem interessante. Ela esclarece alguns temas que foram tratados nos últimos meses, nas últimas semanas, sobre a alegada falta de recursos para algumas políticas públicas discricionárias.

Como eu disse anteriormente, nós temos desafios enormes como o elevado engessamento do orçamento e a elevada quantidade de despesas obrigatórias. Temos, ainda, um teto de gastos. Quando a despesa obrigatória aumenta, é necessário diminuir as despesas discricionárias.

Se você comparar o PLOA de 2022 com o PLOA de 2023, verá que as despesas discricionárias permaneceram no mesmo nível nominal: 99 bilhões de reais. A grande mudança que há no PLOA de 2023 é a composição dessas despesas discricionárias. Desta vez, nós tivemos que alocar quase 16 bilhões de reais das emendas do Relator Geral para compor as despesas discricionárias. Daquele valor de 19,4 bilhões de reais de emendas de Relator, retiramos 16 bilhões de reais e alocamos nos órgãos. Portanto, não está faltando recurso nos órgãos.



Nós tentamos alocar o valor dessas emendas nos órgãos comparando o histórico recente. Sabemos que as emendas parlamentares são alocadas principalmente em saúde, em desenvolvimento regional, em cidadania, em educação, em turismo. Os órgãos estão com dotações próximas das verificadas em 2022. É claro que é um orçamento apertado, mas, mesmo assim, nós mantivemos as dotações.

O grande desafio foi este: nós não pudemos alocar nas dotações específicas. Tivemos que criar uma reserva. O desafio desta Casa é encontrar uma forma de dar prioridade para as dotações principais e alocar, com debate, com transparência, essas emendas do Relator, se possível, para cobrir dotações de políticas públicas prioritárias.

Esse é um ponto importante do PLOA. As dotações estão presentes, e as discricionárias têm um valor nominal próximo. A decisão de fazer essa alocação é algo a ser discutido aqui, no Poder Legislativo.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Dr. Julio, para a obtenção do valor mínimo a ser gasto na saúde, no PLOA de 2023, nós estamos usando aquela obrigatoriedade das emendas parlamentares. Até o ano passado, isso não acontecia, certo?

Escute o que estou dizendo. Para alcançar a indexação da saúde, eu não usava a minha emenda de bancada. Neste ano, esse valor está sendo alocado para alcançar a indexação. Isso é o que está sendo feito.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - São essas duas coisas. Trata-se de um arrocho realmente muito significativo.

Para o alcance dessa indexação, *data venia*, Deputado Cacá Leão...

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Quando eu fui relatar o Orçamento de 2018, para atingir isso, tive que utilizar as emendas individuais. Eu tenho certeza absoluta. Agora, o ponto de debate são as emendas de Relator e o percentual.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Eu não vou fazer aqui o debate, mas vou pedir à assessoria da CMO informações para poder analisar como isso foi feito em 2020, em 2021 e em 2022.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Em 2018, isso foi usado.



O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Tudo bem, 2018. Em 2020, em 2021 e em 2022, esses valores não foram usados. Eu vou pedir à nossa assessoria para verificar.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Eu quis até acabar, na época, com a obrigatoriedade dos 50%. Deram uma cobertura, porque esse valor era utilizado...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Veja, a obrigatoriedade que eu propus iria exceder o mínimo indexado — iria exceder. Agora, não mais. A obrigatoriedade que eu propus está sendo usada para alcançar a indexação.

Foi uma mudança de critério o que aconteceu, e eu peço ao nobre e brilhante Deputado Cacá Leão para fazermos uma consulta à CMO.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Seguirei a apresentação.

Dados o teto do gasto e o aumento das despesas obrigatórias, há pouco espaço para as despesas discricionárias. Além disso, nós tivemos que compor essa reserva para emendas do Relator-Geral.

Nós alocamos as emendas olhando os órgãos específicos, e uma parte, de fato, dessas emendas estão ajudando a compor o valor mínimo na saúde.

Esse eslaide mostra que nós estamos seguindo o mínimo da aplicação em ações de serviços públicos em saúde. Nós estamos, no PLOA, com 162 bilhões de reais para a saúde. Essas ações de serviço público em saúde representam 150 bilhões de reais para 2023. Isso já está previsto no PLOA. Então, o PLOA seguiu com essa previsão.

Em termos de educação, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, da mesma forma, apesar de todas as discussões, do menor espaço para nós alocarmos os recursos, seguem 19,3 bilhões acima do mínimo constitucional que tem que ser aplicado. Nós estamos botando para o orçamento do próximo ano uma alocação inicial de 86,6 bilhões de reais.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Só para entender, o mínimo exigido para 2023, com a indexação, seriam 67 bilhões? Mais o que lá está previsto, na realidade, são 86 bilhões.

Eu estou refletindo que talvez aqui também esteja alguma parte de emendas, como as emendas de Relator, as RP 9. Deve ser, não é?



O SR. JULIO ALEXANDRE - Sim. Essa é a proposta que nós enviamos. Nós temos essa limitação de mandar a proposta com essa reserva. Agora, cabe o debate nesta Casa com os Parlamentares para ver realmente a alocação dessa reserva que foi elaborada.

Houve muito debate sobre o comportamento das despesas com educação básica, assim que encaminhamos a PLOA, com forte queda das despesas com educação básica.

Na barra em azul notam-se valores corrigidos, valores constantes. Olhando apenas a despesa com educação básica, notamos de fato uma queda na dotação. Mas é muito importante fazer uma avaliação ampla, porque o financiamento da educação básica não ocorre apenas com esses recursos. Houve uma mudança relevante, que é a complementação do FUNDEB. Então, olhando a educação básica como um todo, vê-se uma forte expansão dos recursos disponíveis, principalmente por causa da complementação do FUNDEB. Esse é um ponto importante a ser destacado no debate.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Porque o Congresso Nacional ampliou a contrapartida da União, que era de 10% do bolo, e ela vai aumentando sistematicamente até 2026, quando alcançará 22%, se eu não me engano, o percentual a ser aportado.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Passará a ser 23%, eu acho.

De fato, com o apoio dos senhores, conseguimos dar prioridade à educação básica.

Então, quando há uma crítica quanto aos recursos destinados à educação básica, tem que haver uma avaliação mais completa: não basta olhar apenas a dotação; é preciso observar também a complementação ao FUNDEB, que é uma fonte muito importante e contou com o apoio dos Parlamentares, na Emenda Constitucional nº 108, de 2020.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Inclusive extrateto, pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Inclusive extrateto. Isso também é muito importante.

Essa é uma prioridade que está sendo mantida, e os recursos continuam crescendo.

Sobre o Auxílio Brasil nós já falamos no início, mas eu queria reforçar que nós temos uma dotação de 105,7 bilhões para o atendimento de 21,6 milhões de famílias. Então, o valor médio a ser pago é de 405 reais.

Quando mandamos a mensagem presidencial, lá em agosto, já anunciamos o compromisso de reforçar essa dotação para 2023, tendo em vista a manutenção do benefício



extraordinário de 200 reais. E a expectativa nossa era, após as eleições, encaminhar uma PEC para discutir aqui no Congresso as fontes para sustentar essa despesa no próximo ano.

Essa era a nossa visão do Auxílio Brasil. E como estava naquele gráfico inicial, aumentava-se a despesa para 18,1% do PIB, mas era uma despesa ainda abaixo dos níveis verificados recentemente.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Eu não entendi. Esses três benefícios, hoje, não constam, quando se define o Auxílio Brasil?

O SR. JULIO ALEXANDRE - Estão dentro. O Auxílio Brasil entra nessa despesa.

Nós temos que chamar o Ministério da Cidadania para explicar um pouco mais dessa política pública. Em termos de dotação, ela está lá para ser distribuída, e o Ministério verá como tratará. Da nossa parte, no orçamento, há uma dotação para isso.

Eu só queria destacar alguns pontos finais, antes de passar a palavra para os meus colegas destacarem outros pontos.

Nós falamos muito do PLOA 2023. De fato, o PLOA tem alguns desafios, mas as lideranças do Poder Legislativo e do Poder Executivo podem facilmente enfrentá-los. Bastam decisões para alocar recursos, dotações para as políticas públicas prioritárias. Bastam decisões para discutir benefícios e subsídios tributários e financeiros.

Eu queria terminar esta minha fala inicial destacando alguns pontos — são três principais — e falando do resultado da política fiscal, bem como da importância de haver uma regra de controle da despesa, que gerou resultados muito importantes para o País, principalmente neste momento em enfrentamos duas guerras: a pandemia e a guerra — ainda está havendo guerra, com impactos relevantes na logística mundial, nas cadeias produtivas globais, em insumos relevantes, no preço de combustíveis, no preço de alimentos, e mesmo assim nós conseguimos apresentar resultados fiscais bastante significativos.

São quatro os gráficos que eu queria destacar.

O primeiro gráfico mostra a despesa em termos do PIB.

Pela primeira vez, o Governo vai encerrar o seu mandato entregando uma despesa, em termos do PIB, inferior à que foi recebida.

Em 2018, a despesa, em termos do PIB, foi de 19,3%. Estamos trabalhando e acreditamos que vamos encerrar este ano com a despesa sendo inferior a 19% do PIB — 18,9% se já



considerarmos o relatório do quinto bimestre, com o bloqueio de 15 bilhões, ou 18,7%, se já considerarmos uma revisão do PIB que o IBGE deve divulgar ao longo desta semana. Esse é um resultado muito relevante. Mostra a importância de haver uma regra fiscal, de haver controle das despesas, o que abre espaço para enfrentar crises sem comprometer futuras gerações. A despesa está controlada em termos do PIB.

Como controlamos a despesa, houve uma recuperação das receitas e voltamos a apresentar um resultado primário positivo. Desde 2014, o Governo Central, a União apresenta déficit primário. Esse déficit chegou a 10% do PIB. Com as medidas adotadas, com o controle das despesas, neste ano vamos voltar a ter um resultado primário positivo. Isso não era verificado desde 2013. É um resultado bastante importante. Mostra a relevância de se ter uma regra de controle das despesas e de se ter uma receita que está se recuperando com a atividade econômica.

Estimamos que o Governo Central vai ter um superávit da ordem de 0,4% do PIB. Poderia ser maior esse resultado se não tivéssemos feito aqui uma operação contábil, um ajuste com outros Municípios, com a Prefeitura de São Paulo...

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Para 2023, qual seria o percentual do PIB?

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Dezessete.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Na estimativa do Governo, que mandamos no PLOA, é um déficit de 0,6% do PIB, 63,7 bilhões. Essa estimativa, porém, foi feita em agosto. É importante fazermos a atualização.

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - São 18,9% do PIB em 2022. Em 2023, qual é o percentual?

O SR. JULIO ALEXANDRE - Em 2023, na proposta que mandamos em agosto, era 17,6% do PIB. O Orçamento de 2023 está sendo construído nesta Casa, com a participação de vocês. Estou entendendo, com as discussões aqui com o Governo eleito e com os Parlamentares, que a despesa vai subir.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Isso representa mais ou menos 140 bilhões hoje. Se, por acaso, houver a reestimativa do PIB, que é o que estão falando aí, esse valor inclusive cresce mais um pouquinho, Senador.



O SR. JULIO ALEXANDRE - A despesa, em termos do PIB, vai para baixo, 18,7%. Aí poderia haver um delta de 1,7% do PIB, mas o PIB vai ser maior.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Exatamente.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Nós falamos de 2023. Há desafios. Acho que a de 2023 estamos construindo aqui, nós da equipe econômica atual, da Secretaria Tesouro e Orçamento estamos à disposição para ajudar os nobres Parlamentares nesse debate. Entendo que o Governo eleito também está construindo com vocês algumas soluções. Estamos à disposição para ajudar.

Mas eu gostaria de passar a mensagem sobre a importância das regras adotadas até 2022. Seguramos a despesa e voltamos a ter um resultado primário positivo no Governo Central.

Este outro gráfico mostra uma visão do setor público consolidado. Não considera só a União, considera também Estados e Municípios. Vejam que, no ano passado, os Estados e os Municípios tiveram resultado primário positivo, muito com o apoio da União. A União transferiu recursos relevantes para os Estados. Houve grande transferência de recursos para que Estados e Municípios enfrentassem a pandemia. Além disso, houve o apoio do Congresso Nacional. Acho que uma das leis mais importantes aprovadas aqui foi a Lei Complementar nº 173, que conseguiu segurar o aumento das despesas de pessoal. Isso provocou uma melhora enorme nas finanças de todos os entes — a União e principalmente os Estados e os Municípios.

Agradeço novamente aos Parlamentares que enfrentaram o desafio, aprovaram a Lei Complementar nº 173, seguraram as despesas de pessoal por 2 anos. Isso permitiu equilibrar as contas dos Estados, que já apresentaram resultado positivo no ano passado.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Dr. Julio, quero só lembrar que, para se ter esse resultado primário positivo neste ano, a previsão até agora é de um excesso de arrecadação de 280 bilhões de reais. É mais ou menos isso?

O SR. JULIO ALEXANDRE - De fato, a receita está surpreendendo muito. *(Manifestação no plenário: Muito, muito, muito!)*

Muito. Se compararem a LOA com o verificado agora na *(ininteligível)*, vão ver que há um forte aumento de receita. O que gera esse aumento de receita? A economia está se recuperando mais do que esperávamos, o mercado de trabalho está surpreendendo para cima. Observe-se o crescimento da massa salarial, o crescimento da arrecadação, e há o efeito dos preços



internacionais, que afetaram as *commodities*, afetaram a exploração de recursos naturais, que é uma receita importante. Houve forte lucro das empresas estatais, que aumentaram também os dividendos. Então, de fato, nós tivemos uma surpresa na arrecadação...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Um excesso de arrecadação.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Nós usamos essa surpresa na arrecadação para fazer a Emenda Constitucional nº 123. Ela ajudou, a Emenda Constitucional nº 123, a realizar aquele gasto adicional com os mais vulneráveis, os mais impactados pelos os efeitos da guerra...

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Na Ucrânia.

O SR. JULIO ALEXANDRE - ...internacional, que aumentou o preço (*ininteligível*). Então, eu acho isto: é importante ter uma regra de despesa. E, quando ocorre uma surpresa na arrecadação, há espaço para adotar algumas políticas públicas. Foi o que fizemos neste ano.

Este é o último gráfico. Acho que é o mais importante. Tudo isso considera a trajetória da dívida.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - O Senador gostou desses 280 bilhões, viu, Dr. Julio?

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Quanto está previsto de excesso de arrecadação neste ano?

O SR. JULIO ALEXANDRE - Eu não lembro o número comparado com a LOA. Eu sei que, com relação ao PLOA... O PLOA foi em agosto de 2021, houve aquelas emendas constitucionais. Com o PLOA, eram mais de 200 bilhões de reais da receita total...

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Em 2021.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Em 2022. Isso se refere ao PLOA, não é isso?

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Diz respeito à LOA.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Diz respeito à LOA. Eu estava com o número do PLOA na cabeça. Acho que a receita total estava próxima de 300 bilhões. Aí fizemos a transferência para Estados e Municípios. Eu acho que dá algo em torno de 200 bilhões. Eu tenho que checar. Podemos passar isso aos senhores. (*Pausa.*)

Já me passaram aqui. São 200 bilhões, comparando-se a LOA com o quinto bimestre. De fato, é isto, 200 bilhões de receita líquida. Isso é importante.

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - De excesso.



O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - De excesso.

O SR. JULIO ALEXANDRE - De surpresa na arrecadação, frente à LOA. *(Riso.)*

O SR. MARCELO CASTRO (MDB - PI) - Qual é a diferença de "surpresa" para "excesso"?
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - É a palavra. É a forma de utilizar a palavra.

O SR. JULIO ALEXANDRE - No orçamento, estima-se a receita e o equilíbrio das despesas. Hoje, com a regra da despesa, controla-se a despesa, e a receita é o resultado... A atividade econômica se recuperou, houve melhor lucratividade das empresas, foi gerado esse excesso. De acordo com a regra atual, esse excesso vem para contribuir com o superávit primário.

O Congresso Nacional ajudou bastante e nós adotamos um pouco dessa surpresa de arrecadação para enfrentar a pandemia, com a Emenda Constitucional nº 123.

Este gráfico, o último, mostra isso, focando no controle da dívida pública. Acho que esse tem que ser o principal objetivo das áreas de Tesouro e Orçamento. Deve-se adotar medidas de controle da despesa, olhar receita, olhar estoques, olhar fluxos, olhar ativos, olhar passivos para evitar que a dívida tenha uma trajetória explosiva e, com isso, comprometa a liberdade para a adoção de políticas públicas e afete gerações atuais e gerações futuras.

A nossa expectativa é terminar o ano com uma despesa bruta, em termos do PIB, de 75,8%. Com a revisão do PIB que vai ser feita agora, talvez terminemos o ano com uma despesa bruta, em termos do PIB, de 74,3%. Ela é inferior à de 2018, 75,8%. Isso mostra que, mesmo com a guerra, mesmo com a pandemia, mesmo com todos os desafios que enfrentamos, nós vamos conseguir entregar uma dívida bruta abaixo do percentual verificado em 2018.

Este é o gráfico final, com que eu queria encerrar aqui a minha fala sobre o PLOA.

Queria que fosse dada a palavra para o Dr. Clayton, Secretário-Adjunto da SOF, que vai falar sobre o PPA, sobre a Lei nº 13.971. O nosso objetivo na apresentação é falar também sobre o PPA.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Presidente, eu vou ter de ir ao IPEA, onde está havendo um debate sobre o Orçamento, mas, antes, eu queria fazer só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Fique à vontade, Deputado.

O SR. MAURO BENEVIDES FILHO (PDT - CE) - Qual é, em função da PEC dos Precatórios, o valor que excede aquele estabelecido em 2021, e isso vai para 2024 ou 2025, não me lembro.



Que valor é esse que está sendo armazenado para que, quando chegar 2025, o Tesouro, de uma hora para outra, tenha que pagar isso de uma vez? Queria saber que valor é esse.

O SR. JULIO ALEXANDRE - No PLOA 2023, se eu não me engano — depois posso confirmar o número —, há um estoque de precatórios, que se acumulou de um ano para o outro, da ordem de 70 bilhões de reais.

Eu queria só fazer um contraponto ao que senhor disse. Não é que esse valor vá crescendo todo ano e, em 2026, vire essa despesa. Pela emenda constitucional do final do ano passado, nós criamos várias alternativas, várias possibilidades de abater essa despesa de precatórios com encontro de contas, com o uso desses precatórios em moeda de privatização, com o uso desses precatórios na compra de imóveis, com o uso desses precatórios para a compra de direitos que temos em relação à exploração de campos de petróleo, por exemplo. Nossa expectativa é de que, ao longo desses anos, toda essa agenda de encontro de contas cresça bastante e o estoque de precatórios que está acima do teto possa ser esse e não fique se acumulando nos próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Passo a palavra a Clayton Luiz Montes.

O SR. CLAYTON LUIZ MONTES - Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Se puder ser o mais conciso possível, acho que ajuda todo mundo.

O SR. CLAYTON LUIZ MONTES - Vou passar rapidamente os eslaides, considerando a importância do tema do PLOA 2023, para podermos voltar, também rapidamente, a responder as questões dos nobres Deputados.

Boa tarde, Deputado Cacá Leão. Boa tarde, Senador Marcelo Castro. Boa tarde, demais autoridades presentes.

Conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 13.971, de 2019, a Lei do PPA, passamos a apresentar agora os resultados do monitoramento do PPA do ano-base de 2021.

(Segue-se exibição de imagens.)

Praticamente todas as principais ações de Governo — 70 programas, 70 objetivos, 70 metas, 30 investimentos prioritários e 325 metas gerenciais — são objeto do monitoramento do PPA.



Os objetivos principais, Deputado, são estes: identificar as restrições e propor soluções para o alcance dos objetivos e metas do Governo; aprimorar políticas públicas; promover a transparência, apresentando os resultados das ações governamentais; retroalimentar o PPA, a LOA e a LDO.

Neste gráfico é apresentado o desempenho dos indicadores do PPA, ano-base 2021, comparado com o ano de 2020. Aqui nós identificamos uma melhora dos programas, de 57% dos programas. Considerando que os indicadores são nada mais do que um descritor do desempenho de um programa, mostramos que 57% dos programas, em 2021, melhoraram em relação a 2020. Houve uma evolução, portanto.

Em relação ao desempenho das metas do PPA, em 2021, entre a meta projetada para 2021 e a meta alcançada, 56% da meta foi alcançada. Esse foi um ótimo desempenho.

Houve restrições para o alcance dessas metas, em 2021. A principal delas foi relacionada à COVID-19, que influenciou esse alcance das metas, as metas legais.

Quando passamos aqui agora para as metas gerenciais, que não são as metas legais, mas também compõem o trabalho de monitoramento — são 325 metas gerenciais —, vemos que 60% dessas metas gerenciais foram alcançadas. É também um excelente resultado, a despeito dos efeitos da COVID que ainda perduram neste ano.

Trazemos aqui exemplos de metas e metas gerenciais, o que foi projetado e o que foi realizado. Para termos ideia sobre unidades habitacionais entregues, existia uma meta de entrega projetada para 2021 de 650 mil, alcançamos 829 mil; vacinação contra a COVID, a projeção era para entrega de 316 milhões de doses, foram entregues 400 milhões de doses; taxa bruta de matrícula na graduação, a meta era de 37,9%, foram alcançados 40,7%; população de 0 a 3 anos que frequenta creche; Beneficiários de Assistência Técnica e Extensão Rural; empreendimentos de abastecimento de água concluídos. São exemplos de metas projetadas, com volume realizado acima do que foi projetado.

Isso explica um pouco o percentual de melhoria das metas alcançadas e mostradas nos gráficos anteriores. Toda essa relação, os resultados de todas as 70 metas do PPA e 325 resultados intermediários, que são as metas gerenciais, constam do Relatório entregue a esta Comissão na data de 31 de agosto deste ano.



Passando agora rapidamente para a execução financeira dos investimentos plurianuais, também aqui demonstramos um bom desempenho em relação ao que foi projetado no PPA. Observemos a segunda coluna com o valor projetado de 4,7 bilhões de reais para 2021 e uma execução financeira realizada de 6,2 bilhões de reais. É uma execução financeira que supera a meta prevista em 32%.

Aqui também são 30 os investimentos prioritários. Na relação constam alguns mais importantes, não vou descrevê-los pelo adiantado da hora, Deputado Cacá Leão. Mas queria dizer que o relatório completo de monitoramento divulgado em 31 de dezembro encontra-se disponível na página do Ministério da Economia para consulta dos senhores e de toda a população. É uma leitura bastante interessante.

Agradeço pela oportunidade.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Ainda seguindo a Lei nº 13.971, de 2019, temos o compromisso de apresentar para os senhores o Relatório Anual de Avaliação de Políticas Públicas, que é elaborado pelo nosso Departamento de Avaliação de Políticas Públicas no Ministério da Economia. Está disponível também no *site* e no QR Code.

Queria destacar esse relatório. Como eu disse, é muito importante caminharmos sempre numa avaliação das políticas públicas para reformar o Estado de forma a reduzir a vinculação, reduzir a obrigatoriedade e criar espaço para despesas discricionárias, para que, no Parlamento, consigamos reforçar algumas políticas públicas.

Nós temos aqui uma governança muito importante para esse processo de avaliação de políticas públicas, formalizada no Decreto nº 9.834, de 2019, que é o CMAP — Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, formado pelo Secretário-Executivo da Casa Civil, Secretário-Executivo da Economia e Secretário-Executivo da CGU.

O colega Gustavo, da CGU, está aqui e vai comentar rapidamente as questões de avaliação de políticas públicas.

Eu só queria destacar, então, que existe uma governança já montada, bem estruturada, que fez um trabalho muito importante nos últimos anos. Além desse Conselho formado pelos Secretários-Executivos, há dois Comitês: Comitê de Avaliação de Subsídios e Comitê de Avaliação de Gasto Direto dos quais nós da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia somos os coordenadores.



Ao longo dos últimos 3 anos já foram feitas 60 avaliações, 60 estudos. Há toda uma governança desse estudo, com consultores e também com o gestor da política pública para ele poder apresentar seus contrapontos, apresentar suas sugestões. Essas políticas públicas avaliadas têm um orçamento acima de 1 trilhão de reais. Foram adotadas aqui mais de 147 recomendações.

Para o ano de 2021, no relatório que disponibilizamos agora mais recentemente, há alguns exemplos de políticas que foram avaliadas, tanto de Subsídios quanto de Gastos Diretos: questão de Política de Subsídios Tributários a Medicamentos, questão de aprimoramento da segurança nacional. Vários estudos estão disponíveis para a sociedade fazer um debate bem profundo sobre avaliação de gasto público e criação de espaço para reformas em algumas políticas públicas relevantes.

Além dos estudos, há o Monitoramento das Recomendações, feito pela CGU.

Por isso passo a palavra ao Dr. Gustavo, Secretário-Adjunto da Secretaria Federal de Controle Interno da CGU.

Obrigado, Dr. Gustavo.

O SR. GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES - Boa tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar inicialmente o Presidente desta Comissão, o Deputado Cacá Leão, o Senador Relator do Orçamento, demais colegas presentes, os que nos acompanham remotamente e os nobres Deputados e Senadores que também nos acompanham.

Vou passar rapidamente um ponto que acho essencial. Complementando a fala do Ministério da Economia, nós temos limitações e precisamos cada vez mais expandir ou alocar orçamento para novas demandas da sociedade. Estamos numa trajetória de mudança demográfica. Várias questões surgem de forma não programada, como guerras, emergências e calamidades, que exigem de alguma forma a dotação.

Como podemos, de forma eficiente, buscar espaço para essas demandas? É óbvio que de maneira nenhuma as avaliações por si só têm a prerrogativa ou mesmo o desejo de substituir discussões. Mas as evidências, como bem colocado pela OCDE e por outros organismos internacionais, devem ser trazidas aos locais de discussão democrática para que as decisões de alocação sejam tomadas.



Eu acho extremamente relevante essa iniciativa de criação do Conselho, que foi iniciada há 3 anos, porque traz não somente uma avaliação isolada da CGU, que anteriormente já fazia avaliações de políticas públicas, mas busca integrar IPEA, estruturas do Tesouro, estruturas como UNESCO e Banco Mundial, traz consultores e especialistas para que permitam, sim, um olhar independente sobre determinadas políticas e gerar ali conhecimento para essa discussão — evidências que possam facilitar essa tomada de decisão por parte dos senhores.

Depois de uma avaliação é importante nós enxergarmos que são geradas recomendações de aprimoramentos que são discutidas com os gestores, para que possa não só, às vezes, melhorar aquela política como também trazer elementos de discussão para alterações legislativas. Esse é um ponto fundamental. A política pública não nasce e é executada isoladamente pelo Executivo, ela precisa da presença e da discussão sempre atenta dos senhores sobre os resultados dessas políticas.

Eu trago rapidamente um balanço do monitoramento feito pela CGU. No ciclo de 2019 nós tivemos 14 avaliações. Quase todos os planos de ação foram entregues pelos gestores, com exceção de uma política que não teve recomendação, que foi o Relatório Sobreposição de Políticas do Ministério da Cidadania, que é um ponto sempre relevante, porque às vezes nós enxergamos sobreposição entre políticas, e há como se aprimorar e gerar eficiência; e também o Relatório da Zona Franca de Manaus, que aguarda a deliberação das recomendações pelo CMAP.

Tivemos, ao longo desse tempo do ciclo de 2019, a implementação de 8 das 29 tarefas de recomendações geradas para o ciclo.

Em 2020, tivemos 16 avaliações com planos de ação entregues pelos seus gestores, com exceção do Relatório *Leasing*, que também não gerou recomendações.

Nós precisamos entender que o ciclo de 2020 se completa, na verdade, no exercício de 2021. Ainda há muitas recomendações em monitoramento e uma das tarefas de recomendação cadastradas.

Rapidamente, vamos passar como título de exemplo algumas recomendações que já foram implementadas pelos gestores, que nós observamos aqui.

Sobre a judicialização de benefícios, houve uma mudança legislativa que trazia a responsabilidade de previsão orçamentária para o Judiciário, porque havia uma preocupação



naquele momento da avaliação de que não houvesse essa alocação pelo Judiciário para as perícias médicas, que é um fato que gera um valor relevante.

O FIES, no ciclo de 2019, gerou uma recomendação. Nós temos diversas políticas que promovem o acesso ao ensino superior e que de alguma forma não eram bem coordenadas e comunicadas. Então, buscou-se ali recomendar um sistema unificado entre as diferentes formas de acesso, quer seja o FIES, quer seja o PROUNI, quer seja outras políticas similares.

Sobre a Política de Defesa Agropecuária, a avaliação chegou, entre outras conclusões, a uma necessidade de repensar o modelo de sustentabilidade, de fiscalização e de como esse modelo pode, com o crescimento da atividade, não sofrer, de alguma forma, barreiras à sua exequibilidade, porque todos nós sabemos que isso acaba esbarrando em barreiras internacionais, e o MAPA já elaborou dois normativos e um projeto de lei que visa tratar desse assunto de forma a dar maior sustentabilidade.

No Programa Minha Casa, Minha Vida, nas avaliações se identificou muito que os próprios beneficiários ficavam pouco tempo com o imóvel e posteriormente já o repassavam. Houve recomendações para que o efetivo resultado daquele problema público, que é dar moradia digna, fosse de alguma forma atendido. Então, buscou-se recomendar que ampliasse, no caso, o acompanhamento posteriormente à entrega dos imóveis. Isso, de alguma forma, vem sendo implementado pela gestão.

O SIMPLES Nacional também foi uma política avaliada no ciclo de 2019. De início, surgiu muita discussão. Como enxergá-lo como política pública? Quais seriam os seus objetivos? Foi uma política de discussão bem intensa com o Ministério da Economia que, de alguma forma, trouxe proposições para que o Ministério da Economia submeta ao Congresso Nacional regras para a implementação dos requisitos. Esse é um sistema que veio em um crescente muito grande.

A aposentadoria por moléstia grave ou acidente também teve uma avaliação gerando *insights* para que possam ser trazidas à discussão da reforma tributária pelo Ministério da Economia evidências que suscitem um debate em cima de resultados de avaliação.

No Programa Minha Casa, Minha Vida, um dos achados traz uma dificuldade do MDR em atuar de forma coordenada junto aos agentes financeiros e ao agente gestor, pelos seus



descumprimentos e os resultados não alcançados. Então, que houvesse um aprimoramento, basicamente, do processo de condução da política.

Rapidamente, tentei passar que é importante enfatizar que o monitoramento é feito pela CGU. Dessa forma, ele é integrado aos monitoramentos das avaliações já conduzidas pela própria CGU, de forma a dar sinergia e mesmo integração às demais avaliações. Ressalto que, neste momento de transição, é um tema de preocupação permanecermos nessa agenda de avaliação, porque a avaliação não pressupõe, necessariamente, uma redução de alocação em determinada política, e, sim, uma melhoria daquela política, para que ela possa melhorar sua focalização, atingir realmente quem precisa daquela política.

Agradeço o tempo disponibilizado e a atenção dos senhores. Coloco-me à disposição para qualquer dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Agradeço ao Gustavo, ao Julio e ao Clayton.

O Senador Marcelo Castro já me disse aqui que ficou satisfeito com a apresentação e com as perguntas que fez durante a sua apresentação e que abre mão do seu tempo de fala.

Vamos passar a palavra agora para os Parlamentares inscritos.

A Deputada Adriana Ventura já havia feito a solicitação. S.Exa. dispõe de 5 minutos, que é o tempo regimental, para fazer os seus questionamentos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Está mais do que bom! Obrigada, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Eu estou falando aqui como Liderança no NOVO. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Não há problema. Esta Comissão agrega todos.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Ela é mãe de todos.

Boa tarde.

Obrigada, Presidente. Eu agradeço aos senhores pelas apresentações e pelos esclarecimentos. Vou fazer algumas perguntas pontuais, até porque vi que, na sua apresentação, o Sr. Julio falou bastante da questão da regra fiscal do controle de despesa. O senhor frisou algumas vezes o assunto, o que até gerou um entendimento do Deputado Mauro Benevides, S.Exa. estava aqui do lado e falou: "*Não, isso aconteceu por causa do excesso de arrecadação, que era uma colocação*".



Eu quero voltar na questão da regra fiscal. Também acho muito importante haver uma regra fiscal. Minha pergunta vai diretamente para tentar conectar essa PEC da Transição. Na minha visão, teremos um gasto adicional de 200 bilhões de reais além do teto de gastos. A pergunta é: como isso, na sua visão, vai influenciar o crescimento da dívida pública e da inflação? Eu queria que você fosse muito direto em relação a isso.

Outra coisa que eu também queria perguntar, mas não sei para qual dos três — acho que o Clayton talvez, mas fique à vontade quem quiser falar sobre isso —, é em relação ao último PLN que foi aprovado nesta Comissão, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 39, de 2022, que eu não sei se vocês viram, no qual foi aberto um espaço de mais ou menos 8 bilhões de reais, mudando a metodologia da contabilidade em relação ao teto de gastos. Eu queria saber o que os senhores pensam sobre isso de uma maneira clara.

Com relação à minha última pergunta, eu vi aqui também a apresentação dos senhores, e acho que o Dr. Julio falou também, sobre o Plano Plurianual. Nós vemos muita discussão sobre LDO e LOA aqui, principalmente para acomodar Fundo Eleitoral, emenda de Relator e outras coisas mais. No entanto, pouco discutimos a questão do Plano Plurianual, que é um planejamento de médio prazo em que podemos ter previsibilidade, continuidade e outras coisas. Eu queria saber, na visão dos senhores, como podemos fazer para que o Plano Plurianual contribua de maneira mais efetiva para o crescimento do País, porque nós vemos um vai e volta, vai e volta, vai e volta, nada se conclui, tudo fica pela metade de acordo com os interesses do momento. Então, eu queria saber o que vocês como técnicos, como pessoas que trabalham com isso, veem o que poderia realmente melhorar para o nosso País com relação à questão do Plano Plurianual.

Essas são as minhas perguntas. Agradeço bastante.

Obrigada, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Agradeço à Deputada Adriana.

Passo a palavra para a Deputada Angela Amin.

A SRA. ANGELA AMIN (PP - SC) - Eu entendo que a contribuição da Deputada Adriana é bastante positiva. E eu já venho dentro de um processo dos resultados de monitoramento. Para nós é muito difícil fazer uma avaliação real se nós não tivermos uma série histórica com relação aos números tanto da meta quanto do realizado. Eu acho que isso é importante para que



tenhamos capacidade real de avaliar. Nós precisamos ter uma série histórica exatamente para poder ver se foi executado de maneira correta ou não dentro daquilo que nós defendemos, principalmente na área social.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Agradeço.

Eu vou devolver a palavra a V.Exa. já que encerramos as inscrições. Mas a Deputada Adriana foi exatamente em cima do que eu havia pensado.

Em relação aos números que eu vi aqui, Clayton, sobre a questão do PPA, isso para mim é assustador, porque há um excesso de 32% do que estava previsto. Claro que isso é muito bom, mas mostra que o trabalho aqui não fez muito sentido. Estamos falando praticamente de um terço a mais do que estava previsto para 2021. Anotei até aqui que eu quero acompanhar 2022 e 2023, porque eu estou tirando uma folga nesses próximos anos, vou fazer mestrado e talvez vou tratar disso na minha tese para estudar, quem sabe, para que no futuro possamos fazer uma rediscussão desse modelo, porque, se essa média continuar, não tem sentido mais existir um PPA.

Agradeço aqui a vocês.

Passo a palavra ao Sr. Julio Alexandre, para que sejam respondidos os questionamentos da Deputada Adriana e da Deputada Angela Amin.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Obrigado, Deputada Adriana pelas questões.

Eu acho que temos que separar a discussão em duas partes. Uma parte se refere ao espaço fiscal para enfrentar os desafios do próximo ano. Então, eu queria reforçar que o PLOA que nós enviamos para 2023 era exequível com as informações que nós tínhamos em agosto de 2022, era um Orçamento apertado. Tem lá uma despesa discricionária no mesmo valor nominal e ainda com as emendas de Relator lá dentro, mas ele é exequível.

Nos últimos meses, veio a campanha, e alguns compromissos foram assumidos. Então, para assumir esses compromissos, de fato, tendo a regra atual do teto de gastos, é preciso mais uma vez gastar acima do teto de gastos. Eu só queria reforçar isso, porque muita gente critica dizendo: "*Vocês estão sempre furando o teto de gastos*". De fato, nós não queríamos ter furado nunca o teto de gastos. Ocorre que veio uma pandemia, veio uma guerra. Então, não houve flexibilidade suficiente para enfrentarmos esses desafios ainda mantendo o teto de gastos do jeito que foi pensado lá em 2016. Mas é muito importante ter uma regra que controle a despesa.



Talvez a despesa com crescimento zero seja um pouco apertada demais, não tenha muita flexibilidade, mas sofreu com a pandemia e a guerra.

Então, fechando os parênteses, a primeira coisa, para 2023, é encontrar esse espaço. Qual o tamanho desse espaço? Realmente, é uma discussão do Governo eleito com os Parlamentares. Eu acho que Governo eleito vai ter esse espaço, vai encontrar politicamente tudo. Do ponto de vista técnico, nós achamos importante que tenham algumas medidas de compensação pelo menos sinalizadas, encaminhadas, para que tenhamos realmente essa trajetória um pouco da despesa em termos do PIB. Ela vai subir um pouquinho, mas, depois, que ela tenha uma trajetória que não seja explosiva ou caia um pouquinho. E só controlando a despesa, conseguiremos um pouco reduzir a arrecadação. Pelo que estou entendendo, o ponto que eu quero falar é o seguinte: eu não sei o número, mas realmente o Governo eleito e os Parlamentares vão chegar a uma equação política que vai decidir.

No entanto, é importante, olhando para frente, que algumas medidas de compensação também sejam sinalizadas para que a dívida não tenha uma trajetória explosiva. Acho que esse aqui seria o principal ponto. Os técnicos do Ministério da Economia têm muitos estudos sobre isso. O Tesouro Nacional acabou de divulgar um estudo interessante também que olha as regras fiscais. Então, isso é praxe. A equipe técnica está lá não sei quantos anos estudando esse tema. Então, isso pode ajudar.

Sobre o PLN 39, o teto de gastos é muito importante porque controla a despesa. Nós conseguimos, olhando para frente, uma recuperação de receita e um equilíbrio econômico, mas há algumas inseguranças, algumas incertezas em alguns conceitos do teto de gastos, conceitos orçamentários, conceitos financeiros, que acabam gerando uma grande ineficiência. Qual é essa ineficiência? É o empoçamento de recursos. Então, nós passamos o ano todo sofrendo aqui com bloqueios.

Nós temos um bloqueio de mais de 15 bilhões de reais. Algumas políticas públicas, infelizmente, estão sendo afetadas por esse bloqueio. Infelizmente, chegamos ao final do ano e vemos que empoçamos recursos em alguma caixinha específica. O Ministro Paulo Guedes destacou que é preciso quebrar essas caixinhas, desvincular isso.

No nosso entendimento, o PLN 39, aprovado aqui na CMO, ajuda a enfrentarmos esse desafio, que vai ser muito forte no mês de dezembro.



Em 2022, vamos ter um desafio grande no mês de dezembro, que é administrar esse bloqueio forte de recursos, mais de 15 quinze bilhões de reais, em uma dotação que não tem mais tanto espaço.

Então, nós vamos ter problemas em alguns órgãos. Esse PLN 39 vai nos ajudar a enfrentar isso e a remanejar recursos. Ele não afeta o teto. O limite da despesa está dado. Não há nenhum impacto no teto de gastos. A despesa do teto está dada. O PLN nos ajuda a remanejar recursos, a evitar o empoçamento de recursos, que é uma questão muito ineficiente. Infelizmente, isso ainda acontece. Acho que temos que tratar essa questão. Neste mês de dezembro, há um desafio enorme a ser feito.

Sobre o PPA, em uma visão mais geral, é realmente importante, cada vez mais, que ele esteja próximo das prioridades do Governo. A sociedade tem que acompanhar e cobrar isto, que a prioridade do Governo seja essa.

De fato, nós tivemos um ciclo muito difícil por causa da pandemia. Então, talvez tenhamos que ver o monitoramento dos Estados. Vou passar a palavra para o Clayton poder definir um pouco mais isso.

Em uma visão geral do que seja o PPA, eu acho que ele está indo cada vez mais no sentido de mostrar para a sociedade, de uma forma simples, menos burocrática e mais direta, quais seriam as prioridades do Governo eleito. Eu acho que vou esperar a tese do nobre Parlamentar, mas, de fato, é importante avançarmos nisso. Muitos avanços já foram feitos. Se o Dr. Clayton puder ressaltá-los...

O SR. CLAYTON LUIZ MONTES - Acho que não sobrou nada para mim, não, Julio. Ainda assim, eu gostaria só de reafirmar a questão do PLN 39. Na prática, ele não abre espaço no teto de gastos. O teto de gastos é definido pela Constituição e só pode ser alterado ou ampliado pela Constituição.

O que o PLN 39 faz, de alguma maneira, é dar certa flexibilidade ao remanejamento de recursos primários obrigatórios. Sabemos que, no final do ano, pode haver uma sobra de recursos obrigatórios em detrimento de outra dotação também obrigatória. Precisamos de certa segurança, de um conforto legal para fazer esse remanejamento.

Outro ponto traz também um conforto no que se refere à orçamentação, ao que costumamos chamar de diferença do regime de caixa e competência, que é o *floating*. O *floating*



é uma dotação orçamentária que é aberta no ano, mas algumas despesas — basicamente despesas com benefícios previdenciários, que são despesas muito grandes — precisam da dotação orçamentária. É iniciada a dotação orçamentária, é empenhada, mas não é paga. Todos sabem que o teto de gastos é medido, é algo financeiro, é o que é pago. Então, o que é pago dos restos a pagar, o que é pago da dotação do ano, e demais operações que afetam o resultado primário também fazem parte da conta.

O que há no texto do PLN 39 referente a isso é, na verdade, uma segurança legal para que seja enviado ao Congresso Nacional um projeto de lei que amplie as dotações a fim de fazer face a esse *floating*, que já é uma prática. Porém, normalmente esse *floating* já está incorporado ao PLOA, à LOA. E agora vamos enviar um projeto de lei para aprovação pelo Congresso Nacional, sempre dentro do teto de gastos. Ele não ultrapassa a dotação orçamentária, ele não ultrapassa o teto de gastos. Ainda assim, está abaixo. Isso é mais um conforto.

Basicamente é isso.

Com relação ao PPA, faço minhas...

O SR. JULIO ALEXANDRE - Sr. Clayton, quero falar só um ponto sobre o PLN 39.

O SR. CLAYTON LUIZ MONTES - Sim.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Nós colocamos uma data lá porque o limite para apresentação de PLN é dia 15 de outubro, que já passou. E aí nós pedimos o prazo até 30 de novembro, que é amanhã. Então, não teremos tempo hábil para aprovação, sanção e envio. Pedimos uma ajuda aos senhores também, se puderem... Se houver algum ajuste, que se faça nesse prazo agora, no mês de dezembro, para termos condições de enviar esse PLN também, porque se trata de um tema relevante para a execução no final do ano.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Vou devolver a palavra à Deputada Adriana Ventura.

Deputada, V.Exa. tem 2 minutos para fazer a sua réplica.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Presidente, eu vou esperar o Gustavo falar, pode ser? Assim, fecharemos o ciclo. Eu acho que ele quer falar alguma coisa.

O SR. GUSTAVO DE QUEIROZ CHAVES - Bem, só vou acrescentar algo. Vou me deter um pouco mais a respeito da provocação do PPA, em monitoramento e avaliação. Eu acho que esses são pontos fundamentais, porque nós temos um país continental muito desigual, que exige



políticas diferenciadas a depender da região do País, e isso gera, obviamente, uma pressão fiscal muito grande.

Aplicar recursos, quer seja por orçamento, quer seja por subsídios, de forma a achar que isso não tem um custo alocativo frente a outras demandas é realmente viver em uma ilusão. Então, eu acho importante nós fortalecermos e aprimorarmos as práticas de monitoramento e avaliação. E isso o CMAP vem tentando fazer, não só na condução das próprias avaliações, mas também com parcerias, como a Escola Virtual de Governo, da ENAP, que conduzem e fornecem mão de obra capacitada para apoiar os gestores nesse processo, porque muitas vezes os Ministérios não dispõem de capacidade desenvolvida para fazer uma determinada avaliação.

Então, tanto a CGU, por meio de consultoria, quanto o IPEA vêm fornecendo, cumprindo isso. Se nós analisarmos os dados, veremos uma informação importante: no caso das limitações de atendimento do PPA, tirando a motivação COVID-19, o segundo fator era pessoal e capacidade.

Na verdade, trata-se de um processo que precisa ser olhado com cuidado. Ainda que a digitalização de serviços tenha avançado, que tenhamos avançado nessa discussão, nós sabemos que há muito a aprimorar, há muito a avançar do ponto de vista de compartilhamento de dados.

Há uma importante discussão a ser feita em 2023 sobre inteligência artificial. Há um substitutivo e uma comissão de juristas nomeada para essa discussão. Já houve várias discussões sobre isso, mas é um grande alavancador do processo de monitoramento e avaliação, a depender do desenho que se faça e de como isso venha a ser tratado no País.

Eu só faria a ressalva de que, por vezes, nós buscamos comparar com experiências internacionais, mas nós precisamos contextualizá-la à nossa realidade, não simplesmente importar uma legislação, importar um desenho que seja muito distante às vezes da nossa capacidade de implementação.

Só faria essas ressalvas, parabenizando pelas perguntas, porque acho que são pontos extremamente relevantes para que aprimoremos e discutamos o tema.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Com a palavra a Deputada Adriana Ventura, para sua réplica.



A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Na verdade, eu tenho algumas discordâncias, mas, afinal de contas, vocês são os técnicos. Acho que há também uma questão política em que vocês também não entram por outras razões. Então, não cabe a mim ficar questionando algumas coisas aqui, mas, na minha visão, sim, se o PLN 39/22 fosse tão bom, o Executivo mandaria do jeito que mandou, com prazo, e não do jeito que foi aprovado nesta Comissão, que é pedalada fiscal, sim, porque estão abrindo espaço, sim, para pagar emendas de Relator, porque é uma questão política.

Então, eu não vou envolvê-los nesse assunto, mas acho que nós temos que debater aqui de maneira objetiva a forma como discutimos coisa relevante e prioritária de fato para o nosso País e que tenha continuidade, que tenha a previsibilidade. Esse é o nosso papel, e é por isso que estamos aqui. E não é isso que, na minha visão, tem sido feito.

Eu entendo algumas questões de dar suporte legal. Vocês são técnicos. Vocês estão querendo — e com razão —, dentro do cargo de vocês, fazer com que tudo fique ajustado e dentro de alguma conformidade. Entendo esse lado de vocês. Agora, como também estou do outro lado, eu não posso deixar de me indignar, uma vez que esse PLN não deveria ter sido aprovado. Isso é pedalada! Isso é contabilidade criativa! Essa é minha visão. Eu já me posicionei aqui.

Sem nenhum demérito ao trabalho dos senhores, mas eu acho que temos que, sim, colocar o Plano Plurianual como prioritário aqui para minimamente termos planejamento, continuidade e previsibilidade das coisas. Ficarmos entrando sempre nessa coisa rasa dessa discussão de LDO e LOA, em que fica esse puxa para cá, puxa para lá, para ver quem ganha mais emenda de Relator, quem ganha mais fundo eleitoral, é muito pobre e não é do que o nosso País precisa. Mas agradeço aos senhores pelas colocações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Agradeço à Deputada Adriana Ventura.

Eu já havia encerrado as inscrições, mas a Deputada Fernanda Melchionna chegou e quer fazer uso da palavra. Ela tem todo o direito e toda a prerrogativa de fazê-lo. Então, vou abrir esta exceção, com todo o mérito que o pleito exige, para passar a palavra à Deputada Fernanda Melchionna.



A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Obrigada, Deputado Cacá Leão. Quero agradecer-lo a deferência.

Cumprimento os técnicos e responsáveis pelo Orçamento presentes e o Relator do Orçamento, o Senador Marcelo.

Na verdade, a minha primeira intervenção é sobre o contingenciamento dos recursos das universidades que aconteceu ontem, de novo. Claro que nós sabemos que as universidades já estavam à míngua como os cortes passados. Acabamos de receber a documentação por parte das reitorias, universidades. E mais esse contingenciamento obviamente inviabiliza o futuro das universidades brasileiras agora no findar do ano de 2022.

Antes de entrar no Orçamento de 2023, nós queremos debater o de 2022, porque não é possível pensar em alguma coisa que recomponha verbas quando, na verdade, nós estamos vendo o corte de verbas nas áreas mais sensíveis. Todo país, para desenvolver ciência e tecnologia, agregar tecnologia à sua própria produção de conhecimento, precisa investir nas universidades, e não sucatear as universidades. E nós já estávamos sofrendo com a ausência de recursos dos cortes anteriores.

Durante a eleição, Deputado Cacá Leão, foi anunciado um contingenciamento. Como a repercussão foi muito negativa e o Bolsonaro queria ganhar a eleição, suspendeu-se aquele contingenciamento, mas agora, aos 45 minutos do segundo tempo, fazendo uma analogia com o futebol, vem um novo bloqueio de verbas das universidades federais. O pessoal fez um indicativo para a recomposição das verbas, o que nós queremos pautar nesta Comissão na reunião deliberativa de amanhã.

Ao mesmo tempo, queremos fazer essa denúncia. Já que estamos com o responsável adjunto pela Secretaria de Orçamento, já que estamos com os responsáveis do Governo pelo contingenciamento, pelos bloqueios, eu não podia deixar de vir aqui sem protestar com muita veemência diante do que vem acontecendo.

O Orçamento do ano que vem nos preocupa sobremaneira, primeiro pela manutenção de uma lógica que já se demonstrou falida, que é o famigerado teto de gastos. Comemora-se um recurso de investimento de 20 bilhões de reais, que está nos mesmos patamares do primeiro ano do Governo Bolsonaro. Não tem como reverter ou combater a crise econômica profunda



que o País vive sem investimentos por parte da União para colocar um motor de desenvolvimento, gerar emprego, gerar renda, etc.

O teto de gastos se mostrou equivocado do ponto de vista social. Basta ver o que foi tirado do SUS nos últimos anos: 3 bilhões de reais. Apesar disso, o SUS salvou tantas vidas. Basta ver o investimento que não existe mais nas áreas sociais e nas universidades; basta ver o programa de habitação social, que foi congelado; basta ver as construções de obras, que praticamente foram inexistentes nos últimos anos. Também se mostrou equivocado politicamente, porque o próprio Governo Bolsonaro, durante muitas vezes, furou o teto de gastos para fazer programas como o Auxílio Brasil.

Nós, inclusive, somos oposição ao Governo, mas somos defensores do Brasil: votamos para que pudesse haver recursos para o Auxílio Brasil ou Bolsa Família, para que o povo pudesse, de fato, ter recursos, embora tenha sido uma medida eleitoral do Governo, porque só avançou para os 600 reais às vésperas da eleição. E nós estamos no final de 2022 sem recursos em 2023 para pagar o Bolsa Família — agora o programa volta a ser rebatizado de Bolsa Família. Independente do nome do programa, há uma PEC de transição para tentar buscar recursos para garantir os 600 reais, porque isso não está garantido no Orçamento de 2023, muito em parte pelo teto de gastos, em parte também pelas prioridades do Orçamento da União.

V.Exa. sabe, Deputado Marcelo Castro, Relator-Geral da LOA, que em 2021 foram gastos 1 trilhão e 700 bilhões de reais para pagar a dívida interna, uma dívida que nunca foi auditada. Foi internalizada uma parte da dívida externa, que virou dívida interna, com o lançamento de títulos, etc., e nunca se auditou em que foi gasto esse recurso.

O Equador, que é um país muito menor fisicamente e como potência econômica, no que diz respeito ao montante de recursos arrecadados pelo país, auditou a sua dívida, inclusive com auditores brasileiros, e a reduziu em 70%, porque havia maracutaia, havia obra com superfaturamento, havia juros sobre juros e rolagem da dívida. Reduziram em 70% a dívida externa e interna, no ano de 2009, se não me engano. O Brasil nunca auditou a dívida pública. A maior parte do Orçamento da União é para pagar juros, amortização e rolagem da dívida com novas dívidas que estão sendo contraídas. Então, é preciso discutir estruturalmente o tema do orçamento, senão será sempre a cantilena enfadonha de que não há recursos para as áreas



sociais, quando, na verdade, sobra dinheiro para os banqueiros, porque o "bolsa-banqueiro" de fato ninguém nunca enfrentou, e está na hora de enfrentar. O nosso País merece voltar a crescer.

Mas, antes disso, ou *pari passu*, nós estamos na luta para recompôr esses orçamentos. O que o Governo Bolsonaro fez com esse bloqueio — e com isso concluo para não abusar do tempo nem da sua boa vontade, que me abriu a palavra sem eu estar inscrita devidamente — foi fechar as universidades brasileiras. Esse bloqueio, infelizmente, pode significar a falta de coisas básicas, como luz, água, segurança. A manutenção mínima das universidades e institutos federais pode não ser quitada no ano de 2022 e poderemos entrar em 2023 sem o básico para as universidades e instituto federais.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Agradeço à Deputada Fernanda Melchionna.

Suas intervenções são sempre importantes aqui dentro desta Comissão.

Passo a palavra para um dos três convidados, para quem tiver a resposta, porque isso é importante. Afinal, precisamos garantir o funcionamento das nossas instituições, e as universidades estão, com certeza, entre as mais importantes que existem.

O SR. JULIO ALEXANDRE - Eu também agradeço à Deputada Fernanda pelo questionamento. De fato, é um tema muito importante. Nós falamos muito aqui do PLOA de 2023. A apresentação foi sobre isso. Mas estamos aqui no dia 29 de novembro de 2022 e ainda temos desafios relevantes para este ano.

Nós fizemos um relatório seguindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, fizemos o relatório de avaliação agora no último dia 22, e isso provou que precisamos bloquear despesas da ordem de 15 bilhões de reais. Infelizmente este é o desenho fiscal que nós temos: as despesas obrigatórias crescem muito. Por isso, temos que continuar reformando o Estado, avaliando políticas públicas, desvinculando despesas, desobrigando despesas. Se não enfrentarmos esse desafio, vamos continuar assim, com a despesa obrigatória crescendo, e infelizmente tendo que bloquear despesas discricionárias.

Depois desse relatório, vamos elaborar um decreto que vai falar sobre a programação orçamentária e financeira do mês de dezembro. Esse decreto deve trazer alguns limites. Isso não foi publicado ainda, não é oficial. Estamos fechando isso aí. O limite de prazo para sair esse decreto que vai dar os limites de movimentação e empenho no mês de dezembro é amanhã, ao longo do dia.



Por isso, peço muito a ajuda dos nobres Parlamentares com o PLN 39. Nós vamos fazer uma avaliação de receitas e despesas. Ao longo do mês de dezembro, teremos que fazer um acompanhamento *pari passu* das despesas obrigatórias e das receitas para saber como elas estão. E aí vamos fazer uma nova avaliação para, se possível, liberar recursos para os órgãos enfrentarem este fim de ano.

Entretanto, ainda vamos tentar, ao longo deste ano, buscar flexibilidade para remanejar isso. De novo, não estamos gastando além do teto, estamos remanejando recursos, dentro do teto, esclarecendo aqui dotações orçamentárias e questões financeiras para que possamos enfrentar esse desafio. Infelizmente ainda temos muita dificuldade para o mês de dezembro. Houve algumas mensagens de órgãos relatando problemas de passaporte, e resolvemos. Problemas de universidade também vamos tentar resolver. De fato, temos esse desafio e vamos ter que ver isso. O PLN 39 vai nos ajudar a ter um pouco mais de flexibilidade para remanejar esses recursos.

Sobre 2023, falamos um pouco mais realmente. Há essa discussão sobre o teto de gastos. Da outra vez, eu havia ressaltado que é importante ter uma regra de despesa, senão perde-se um pouco o rumo do que o País vai ser no futuro. Agora, de fato, dentro da regra da despesa, tem que se olhar melhor a despesa mesmo e pensar: será que é melhor investir mais na área tal, na área tal ou na área tal? Esse é um grande debate que tem que ser feito. É muito importante mesmo fazermos esse debate.

Inclusive reforço aqui a apresentação do Dr. Gustavo, do nosso Departamento de Avaliação de Políticas Públicas da CGU. Já existem muitos estudos nessa linha. Vamos reavaliar algumas políticas, porque isso abre espaço para termos novas despesas discricionárias e evitarmos infelizmente a situação tão difícil que é fazer bloqueios.

Então, obrigado pelo debate, e estamos à disposição para tentar resolver essas questões.

O SR. GENERAL PTERNELLI (UNIÃO - SP) - Com a autorização da Deputada Fernanda, do Presidente e do Relator, quero dizer que já há algum tempo eu sempre advogo que a responsabilidade do Orçamento é do Congresso. Nós aqui é que puxamos um pouco para cá, um pouco para lá, diminui aqui, aumenta lá. E nos 3 anos anteriores, eu sempre propus uma regra para o contingenciamento também. No caso de haver necessidade de contingenciamento, quando o arrecadado não for o previsto para aquele momento, nós teremos que segurar



despesa. Ou sob a forma de gráfico ou sob a forma de função, nós podemos definir em que locais se devem segurar essas despesas. Isso é facilmente executável.

Então, também compete a nós, para os anos futuros, verificar como colocar os recursos disponíveis, em quais áreas e, em havendo necessidade de contingenciar, que setores deveriam ser contingenciados nas suas devidas proporções. Fica aí, mais uma vez, a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Agradeço a intervenção do Deputado General Peternelli.

Antes de devolver a palavra à Deputada Fernanda Melchionna para a réplica, vou colocar mais um molho na pimenta que S.Exa. já colocou quando falou da rediscussão das dívidas, que acho importantíssima, essencial. Acho que o País deve rediscutir isso nos próximos anos, como também deve rediscutir o tamanho das nossas reservas internacionais. Elas são feitas, e o Brasil tem uma quantidade de recursos colocados lá para segurar dólar, para segurar mercado. Mas vemos que nada disso tem tido um efeito prático. Então, esse é um tema que pode ser também discutido aqui nesta Casa no próximo ano, haja vista o tamanho das reservas internacionais, de forma que isso possa voltar para o País como investimento. Talvez estejamos procurando dinheiro para aumentar o nosso investimento e o tenhamos aplicado nessas reservas sem uma utilidade prática.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Primeiro quero agradecer as contribuições.

Quero também dizer que fui a maior defensora do fim do RP9, desde 2020. Eu acho que um orçamento ao arremendo da Constituição é escandaloso. Aliás, isso seria o suficiente para pagar o piso da enfermagem e recompor a verba das universidades. Então, temos muita tranquilidade quanto a isso. Quem legalizou esse instrumento foi o Governo Bolsonaro ao aceitar e liberar esses recursos. Afinal, não eram emendas impositivas, e construiu-se essa superfigura do Relator nas outras relatorias. Esperamos que acabe agora, na relatoria do Senador Marcelo Castro, porque o orçamento secreto é um escândalo. Da nossa parte, pode acabar agora.

Mas o que me preocupa, Julio, é que existe essa lógica do "*Não temos recurso; então, vamos bloquear o da universidade, vamos ver o que desbloquearemos*". Por que vocês nunca bloqueiam do "bolsa-banqueiro"? Por que nunca bloqueiam da dívida pública?



Escandaloso é que especuladores internacionais, especuladores nacionais pegam dinheiro a juro negativo, Presidente Cacá Leão, e vêm aqui comprar título da dívida. E vão no sistema de juros, rolagem etc., com a taxa de juro lá em cima, fazendo rapinagem com o dinheiro do povo brasileiro — rapinagem!

Então, bom, não fecham as contas. Onde é que eu contingencio? Na universidade? Não! Por que não contingenciamos no "bolsa-banqueiro"? Não vamos pagar. Não vamos pagar os credores até auditar. Vamos pedalar, vamos fazer não sei o quê. Mas aqui só pedalam com o povo brasileiro.

Em relação à taxa de juros, ocorre a mesma coisa. Nós temos uma taxa de juro altíssima. A inflação só cresce. Então, se querem equilibrar PIB, juro e crescimento, se querem equilibrar a relação dívida/PIB, temos que fazer crescer o PIB. Baixar a taxa de juros ajuda o crescimento do PIB. Mas o problema é que vemos um modelo econômico dominado pelos interesses dos banqueiros. E na hora de fazer cortes, o interesse que se preserva é dos banqueiros, e não o de milhões de estudantes brasileiros das universidades e institutos federais.

Eu estou pegando um exemplo. O senhor pegou outro, do passaporte. Imagine a pessoa que está com passagem comprada e não pode sair porque não tem dinheiro para expedir passaporte. Mas o que é isso? Ao fundo do poço nós chegamos! Enquanto isso, o pagamento da dívida é sagrado, pagar os banqueiros é sagrado, massacrar o povo é regra para pagar banqueiro.

Então, certamente, nós vamos encomendar bastante esse debate no Orçamento de 2022 e no Orçamento de 2023.

Enquanto isso, fica registrado o protesto do PSOL pelo descontingenciamento, desbloqueio dos recursos das universidades.

O SR. PRESIDENTE (Cacá Leão. PP - BA) - Agradeço à Deputada Fernanda.

Antes de encerrar esta reunião, eu quero mais uma vez agradecer a presença do Sr. Julio Alexandre, Secretário Especial Adjunto do Tesouro e Orçamento; do Sr. Clayton Luiz Montes, Secretário Adjunto de Orçamento Federal; do Sr. Gustavo de Queiroz Chaves, Secretário Federal Adjunto de Controle Interno da CGU. Agradeço também àqueles que estão presentes aqui: a Sra. Janete Duarte Mol, Secretária Adjunta do Tesouro Nacional e Orçamento; o Sr. Sérgio Calderini, Diretor do Departamento de Avaliação de Políticas Públicas da SETO — Secretaria Especial do



Tesouro e Orçamento; o Sr. David Rebelo Athayde, Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal da Secretaria do Tesouro Nacional; e o Sr. Girley Vieira Damasceno, Diretor de Programa da SETO. Agradeço ainda a presença de toda a equipe técnica do Ministério da Economia, aos Srs. Parlamentares e a todos os que acompanharam este importante momento de debate do Orçamento para 2023.

Está encerrada esta reunião.